

Hospitalidade e os fundamentos da dimensão relacional do ser humano: uma abordagem teórica

Hospitality and the foundations of the relational dimension of the human being: a theoretical approach

Hospitalidad y los fundamentos de la dimensión relacional del ser humano: una aproximación teórica



Gilberto de Araujo GUIMARÃES 
Universidade Católica Portuguesa (UCP)

Laura Marques CASTELHANO 
Universidade Católica Portuguesa (UCP)

Isabel BAPTISTA 
Universidade Católica Portuguesa (UCP)

DATAS

Recebido: 19/12/2025

Aprovado: 30/03/2026

EDITADO POR

Diego Ribeiro Santos,

Mirian Rejowski

RESUMO

A hospitalidade, presente desde as formas mais remotas de organização social, manifesta-se como uma dimensão constitutiva das relações humanas. Partindo da compreensão de que o ser humano é intrinsecamente relacional, este artigo teórico propõe uma reflexão sobre a hospitalidade como categoria analítica, compreendendo-a como forma essencial de interação social e como expressão da natureza humana. O texto dialoga com tradições filosóficas, éticas, psicológicas e sociais, dos clássicos aos contemporâneos, evidenciando que, apesar das diferenças epistemológicas, há o reconhecimento do caráter social e relacional da existência do ser humano. Nesse contexto, argumenta-se que a hospitalidade não se reduz à prática normativa ou convenção social, mas opera como mediação estruturante das relações humanas. Sendo inata ou resultante de um processo de amadurecimento, a hospitalidade pode ser compreendida como elemento relevante para a constituição dos vínculos sociais e para a reflexão sobre o desenvolvimento humano em suas dimensões éticas, culturais e políticas.

PALAVRAS-CHAVE

Hospitalidade, natureza humana, condição humana, ética relacional, vínculos sociais.

ABSTRACT

Hospitality, present since the earliest forms of social organization, manifests itself as a constitutive dimension of human relations. Based on the understanding that human beings are intrinsically relational, this theoretical article proposes a reflection on hospitality as an analytical category, understanding it as an essential form of social interaction and as an expression of human nature. The text engages philosophical, ethical, psychological, and social traditions, from the classics to the contemporary ones, highlighting that, despite epistemological differences, there is recognition of the social and relational character of human existence. In this context, it is argued that hospitality is not reduced to a normative practice or social convention but operates as a structuring mediation of human relations. Whether innate or resulting from a maturation process, hospitality can be understood as a relevant element for the constitution of social bonds and for the reflection on human development in its ethical, cultural, and political dimensions.

KEYWORDS

Hospitality, human nature, human condition, relational ethics, social bonds.

RESUMEN

La hospitalidad, presente desde las primeras formas de organización social, se manifiesta como una dimensión constitutiva de las relaciones humanas. Partiendo de la comprensión de que los seres humanos son intrínsecamente relacionales, este artículo teórico propone una reflexión sobre la hospitalidad como categoría analítica, entendiéndola como una forma esencial de interacción social y como expresión de la naturaleza humana. El texto aborda tradiciones filosóficas, éticas, psicológicas y sociales, desde las clásicas hasta las contemporáneas, y destaca que, a pesar de las diferencias epistemológicas, existe un reconocimiento del carácter social y relacional de la existencia humana. En este contexto, se argumenta que la hospitalidad no se reduce a una práctica normativa o convención social, sino que opera como una mediación estructurante de las relaciones humanas. Ya sea innata o resultante de un proceso de maduración, la hospitalidad puede entenderse como un elemento relevante para la constitución de vínculos sociales y para la reflexión sobre el desarrollo humano en sus dimensiones éticas, culturales y políticas.

PALABRAS CLAVE

Hospitalidad, naturaleza humana, condición humana, ética relacional, vínculos sociales.

1 Introdução

A hospitalidade é um conceito tão antigo quanto as mais remotas formas de atividade social. É tão antigo quanto a própria civilização e pode ter surgido como um comportamento instintivo e natural, em consequência da luta pela sobrevivência (Walker, 2021).

A necessidade de proteção teria sido decisiva, sobretudo considerando a vulnerabilidade característica dos bebês humanos, que nascem imaturos, o que os leva a depender muito mais dos cuidados da mãe para sobreviver. Segundo Bjorklund (1997), é provável que essa imaturidade desempenhe um papel adaptativo importante na vida e no desenvolvimento dos seres humanos. Essa incapacidade de sobreviver autonomamente no nascimento deve marcar a natureza humana.

O ser humano pode ser compreendido a partir de diferentes perspectivas, entre elas: a noção de natureza humana, entendida como o conjunto de características essenciais, fundamentais e universais; e a noção de condição humana, que enfatiza a existência, a experiência e as ações individuais. Enquanto a natureza humana busca uma essência universal, a condição humana busca a existência e reconhece a diversidade e a complexidade das experiências vividas, das relações e das ações no mundo (Arendt, 2013). A natureza humana e a condição humana são conceitos distintos, mas convergem na compreensão de que o ser humano é intrinsecamente relacional e social.

Nessa convergência, a hospitalidade, compreendida como aspecto do humano, seja como expressão da natureza ou da condição humana, manifesta-se como forma de subjetividade relacional. Como atributo essencial da interação social, a hospitalidade expressa e concretiza a natureza relacional (Baptista, 2002). Mais do que um conjunto de práticas normativas ou rituais sociais, a hospitalidade configura-se como dimensão constitutiva da vida em comum, mediada pela empatia, pela abertura ao outro e pela capacidade de estabelecer vínculos.

Como observa Montandon (2003), a hospitalidade constitui uma das bases das estruturas sociais, configurando-se como uma das formas de socialização e humanização. A relação do ser humano com a socialização é um tema complexo e amplamente debatido na filosofia, na psicologia, na sociologia e em outras disciplinas. Diferentes perspectivas e teorias oferecem interpretações variadas sobre esta dinâmica e interação (Stevenson, 2012). Ainda assim, muitas dessas abordagens reconhecem que a existência humana se constitui na relação com o outro, e por meio dos vínculos sociais.

Ainda que essas tradições não tratem explicitamente da hospitalidade como conceito central, este artigo assume a hospitalidade como categoria analítica para evidenciar a dimensão relacional do humano. Trata-se de um ensaio teórico, de natureza interpretativa, que dialoga com autores de diferentes tradições filosóficas, éticas, psicológicas e sociais, selecionados em função de sua relevância para a compreensão da natureza e da condição humana. Não se pretende atribuir aos pensadores uma defesa direta da hospitalidade, mas utilizar suas contribuições para construir, a partir delas, uma leitura que permita compreender a hospitalidade como dimensão constitutiva da vida humana em sociedade.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é refletir sobre a hospitalidade, o ser humano e a natureza relacional, explicitando um percurso argumentativo que parte das concepções clássicas sobre a natureza humana, atravessa debates modernos e contemporâneos e culmina na proposição da hospitalidade como mediação estruturante das relações humanas.

2 Ser humano e as relações: da natureza à condição humana

O que é o ser humano? Ao longo da história do pensamento, diferentes tradições filosóficas, religiosas e científicas enfrentaram essa questão a partir de perspectivas por vezes convergentes, por vezes contraditórias. Desde os clássicos, como Platão e Aristóteles, passando

por doutrinas religiosas, por outros filósofos como Descartes, Kant, Lévinas, Hannah Arendt, e por outros pensadores como Freud, Winnicott, Skinner, Lorenz, Dawkins, múltiplas interpretações buscaram definir a natureza humana. As linhas de estudo são inúmeras: histórica, mítica, ética, religiosa, arquetípica, fenomenológica, estrutural, freudiana, junguiana, existencialista e estruturalista (Gama, 2015). Essa multiplicidade interpretativa contribuiu para a fragmentação conceitual do humano, frequentemente compreendido a partir de recortes isolados. Seria preciso juntar os fragmentos, como peças de um quebra-cabeça ainda inacabado, e buscar entendê-lo como um todo, como um ser social que também é cultural, religioso, político, econômico e espiritual (Gama, 2015).

A proposta deste ensaio não é esgotar tal diversidade, mas organizar algumas dessas tradições em eixos interpretativos que permitam compreender o ser humano como realidade intrinsecamente relacional, articulando as noções de natureza humana e de condição humana.

Nessa perspectiva, buscou-se estruturar essas linhas de pensamento, agrupando-as em categorias organizadas segundo diferentes modos de fundamentar a compreensão do humano, a saber: ontológicos, éticos, teológicos, existenciais e evolutivos, a fim de evidenciar como a hospitalidade se inscreve nessa base interpretativa.

A seleção dos autores fundamenta-se na relevância de suas contribuições para o debate sobre o ser humano, especialmente no que concerne à sua vida relacional e social. A partir desses eixos, a hospitalidade é adotada como categoria interpretativa, permitindo evidenciar como diferentes concepções do humano, ainda que não nomeiem explicitamente a hospitalidade, oferecem elementos para compreendê-la como dimensão estruturante da experiência relacional.

2.1 Ser humano e os primeiros filósofos: virtude e vida em sociedade

As concepções clássicas de natureza humana em Platão e Aristóteles permitem compreender como a vida em comunidade, a virtude e a justiça são concebidas como dimensões estruturantes da existência humana. Ainda que a hospitalidade não seja tematizada como conceito explícito, os fundamentos da convivência e da ordenação das relações já oferecem bases para interpretá-la como expressão ética da vida relacional.

Desde os primeiros filósofos, a reflexão sobre o ser humano e a vida em sociedade já pressupõe a existência de formas de convivência e de ordenação das relações, nas quais a hospitalidade pode ser reconhecida.

Em Platão (ca. 375 a.C./2011), a realidade está dividida em dois mundos relacionados, mas não associados: a) o mundo sensível, material, mediado pelas formas e percebido pelos sentidos; b) o mundo das ideias, realidade inteligível, “mundo ideal”, da ideia de perfeição. Essa estrutura dual também se reflete na concepção de ser humano, entendido como composto por corpo e alma, sendo esta última imortal e responsável pela racionalidade. A mente, ou alma, é uma entidade não material e imortal que, com a morte, vai para o Hades; já o corpo, material, com a morte, se degrada. A alma seria composta por três partes: a concupiscível, dos desejos e paixões; a irascível,

dos sentimentos; e a racional, da sabedoria, que controla as outras partes. O propósito do ser humano é harmonizar essas partes, permitindo que a razão governe os desejos e emoções, levando assim à virtude e à justiça, na vida social. A alma imortal é fundamental na determinação da natureza humana. Para Platão (ca. 375 a.C./2011), o ser humano busca a sabedoria, a virtude e a justiça para transcender as limitações do mundo material e alcançar a excelência moral e intelectual. Para ele, o ser humano é intrinsecamente social, e a vida em sociedade é uma condição natural e necessária para os seres humanos. A realização humana, nesse contexto, depende da busca pela sabedoria e pela virtude orientadas pela vida em comunidade, que não é mera conveniência, mas condição natural da existência humana.

Em Aristóteles (ca. 350 a.C./2009), toda racionalidade é teleológica, ou seja, orientada a um fim. A finalidade (*télos*) do ser humano é a busca pela eudaimonia, a felicidade, o "viver bem", por meio da prática das virtudes e da realização de uma vida equilibrada e significativa. Para o filósofo, os seres humanos têm a inclinação natural para a felicidade e o bem-estar, e a vida em sociedade é uma característica essencial da natureza humana. O ser humano é definido como "animal político", isto é, como aquele cuja realização plena ocorre no interior da pólis. A sociabilidade não é contingente, mas constitutiva da natureza humana, sendo a vida em comunidade necessária para o florescimento individual e coletivo. A justiça, a amizade e a participação na vida pública são elementos dessa estrutura relacional.

Nessa perspectiva clássica, a hospitalidade pode ser compreendida a partir dos fundamentos da justiça, da virtude e da harmonia social, necessários à vida coletiva, antecipando sua função estruturante nas relações humanas.

2.2 Ser humano como criação divina: o livre-arbítrio, a realização moral, espiritual e relacional

As concepções de natureza humana presentes nas tradições religiosas e no racionalismo moderno permitem compreender como a ideia de origem divina, o livre-arbítrio e a inclinação ao bem estruturam uma leitura moral e relacional do humano. Ao articular essas perspectivas, evidenciam-se fundamentos éticos e normativos da convivência social, contribuindo para a leitura da hospitalidade como expressão da vida em comum.

O dualismo corpo e alma também está presente em diversas tradições religiosas, como nas teologias judaica, cristã e islâmica, nas quais a natureza humana é concebida como tendo origem divina. Nesses referenciais, os seres humanos são criados como essencialmente bons, mas dotados de livre-arbítrio, o que lhes confere a possibilidade de se afastarem dessa condição por meio de escolhas.

A noção de livre-arbítrio ocupa um lugar central no debate sobre a natureza humana, ao sustentar a capacidade do sujeito de realizar escolhas verdadeiramente livres. Em contraposição, as perspectivas deterministas argumentam que as decisões humanas não são livres, mas resultam da ação de fatores internos e externos que condicionam o comportamento.

A herança do dualismo platônico também se faz presente no racionalismo moderno, especialmente no pensamento de Descartes (1637/2018). Para o autor, é a alma que exerce a atividade do pensamento, enquanto o corpo é apenas uma extensão da alma. O ser humano é definido fundamentalmente como um ser pensante, sintetizado na célebre formulação “*Cogito, ergo sum*” (“Penso, logo existo”). Segundo Descartes (1649/2010), são seis as principais paixões da alma: admiração, amor, ódio, desejo, alegria e tristeza. Essas paixões determinam o comportamento e a ação humana, além de possuírem um importante papel na explicação da natureza humana (Guenancia, 2010).

Entretanto, a reflexão sobre as paixões antecede o pensamento cartesiano. Na tradição escolástica, Tomás de Aquino (1274/2004) já havia sistematizado uma classificação das paixões humanas, que seriam: amor, ódio, desejo, aversão, alegria, tristeza, esperança, desespero, temor, audácia e cólera, com potencial de orientar o agir e a natureza humana.

Aquino (1274/2004) argumentava que os seres humanos possuem uma inclinação natural para buscar o bem e evitar o mal. Para ele, os seres humanos são naturalmente inclinados a viver em sociedade, pois isso lhes permite alcançar seus objetivos individuais e comuns de maneira mais eficaz. O autor também discute as virtudes sociais, que são aquelas que se relacionam diretamente com a vida em sociedade, como a justiça, a amizade e a lealdade.

Nesse horizonte teológico e moral, a hospitalidade pode ser compreendida como desdobramento da inclinação humana ao bem e à vida em comunidade, configurando-se como virtude relacional que articula ética, espiritualidade e convivência.

2.3 Ser humano sem um Criador: a vida relacional como condição de formação psíquica, existencial e comportamental

Perspectivas que se afastam de fundamentos teológicos da natureza humana explicam a constituição do sujeito a partir de determinantes psíquicos, existenciais ou comportamentais. A análise das contribuições de Freud, Sartre e Skinner permite evidenciar que, apesar das diferenças entre essas abordagens, a dimensão relacional permanece central para compreender a formação da subjetividade e da vida social.

Em Freud (1923/1996), os fundamentos da compreensão do ser humano podem ser sintetizados em alguns eixos centrais. O primeiro é o princípio do determinismo psíquico, segundo o qual nada ocorre por acaso: qualquer evento mental ou ação é causada por uma intenção, consciente ou inconsciente, que é determinada por eventos anteriores. O segundo se refere ao conceito do inconsciente, entendido como instância na qual se acumulam energias psíquicas fundamentais à constituição do sujeito. O terceiro diz respeito à teoria dos instintos ou das “pulsões”, forças motivadoras do aparelho psíquico que orientam o comportamento humano. Por fim, o autor descreve a teoria do desenvolvimento humano estruturada por estágios formativos que ocorrem durante a infância. Ainda que não formule um propósito ético da existência, o autor reconhece que o propósito do ser humano é moldado por impulsos instintivos, desejos e processos

inconscientes e que, como sujeitos, possuem um impulso inato para buscar a companhia de outros e formar laços sociais e comunidades. Para Freud (1930/1996), o instinto gregário era uma manifestação do "instinto de vida", Eros, que contrastava com o "instinto de morte", Thanatos. Ele via o instinto gregário como uma força fundamental que impulsiona os seres humanos a formarem laços sociais que proporcionam uma sensação de pertencimento e proteção contra ameaças externas.

Sartre (1943/2015), ao propor um existencialismo ateu, nega a existência de uma natureza humana. A existência do ser humano precede a sua essência, pois o homem primeiro existe, depois se define. Para ele, o ser humano não foi "criado" com algum objetivo, nem por Deus nem pela evolução, nem por qualquer outra coisa. Simplesmente descobre que existe e tem então de decidir o que fazer de si próprio. A ideia central de seu existencialismo é a da liberdade. Para o autor, a angústia é uma característica fundamental da condição humana, uma vez que emerge da liberdade e da responsabilidade inerentes à existência humana. O ser humano está condenado a ser livre.

Skinner (1987), ateu e behaviorista, foca no comportamento observável e mensurável para estudar as razões das ações humanas. Para o behaviorismo, o ambiente é fundamental na determinação do comportamento, que seria moldado por estímulos e pelas respostas, ou seja, o condicionamento. As ações humanas são compreendidas como respostas moldadas por contingências ambientais, reforços e estímulos. O livre-arbítrio é relativizado, sendo interpretado como ilusão resultante de processos de aprendizagem e adaptação. A natureza humana, nesse enquadramento, é concebida como altamente influenciada pelo meio e pelas experiências acumuladas.

Ainda que partam de pressupostos distintos, essas abordagens convergem ao reconhecer que a constituição do humano se dá na relação com o outro e com o meio. A partir dessas contribuições, a hospitalidade pode ser interpretada como uma resposta relacional às condições de vulnerabilidade, pertencimento e sobrevivência, funcionando como um dispositivo social que organiza os vínculos.

2.4 Ser humano: bom ou mau por natureza, o que determina a vida social

Algumas correntes do pensamento sustentam que os seres humanos seriam, em sua origem, essencialmente bons, apoiando-se na noção de estado de natureza. Esse conceito corresponde a uma representação hipotética, na qual os indivíduos viveriam orientados exclusivamente pelas leis naturais, antes da institucionalização das normas e estruturas sociais.

Locke (1689/2021) tinha uma visão positiva da natureza do homem. Para ele, os seres humanos são bons por natureza e tendem a agir com autocontenção e cooperação, buscando o bem comum e sendo capazes, pela razão, de reconhecer a importância de viver em sociedade e de respeitar os direitos dos outros. Também para Rousseau (1762/2017), os seres humanos, no estado de natureza, são naturalmente bons, e os maus hábitos são produto da civilização corrompida. Ele acreditava na bondade inata do ser humano e buscava reconciliar a liberdade

individual com a necessidade de ordem social por meio do contrato social e da ênfase na vontade geral.

Em total contraponto, outros pensadores, como Hobbes (1651/2016), compreendem os seres humanos como naturalmente egoístas e competitivos em estado de natureza e a vida neste estado seria “sórdida, brutal e curta” (“*nasty, brutish, and short*”). Para ele, esse estado de natureza só é sanado pelo bom governo.

Lorenz (1981), um dos fundadores da etologia, sendo essencialmente anti-behaviorista, negava que todo comportamento fosse condicionado pelo meio ambiente. O autor defendia que os comportamentos, tanto em animais quanto em humanos, são inatos e baseados em instintos, e que esses instintos formam a natureza humana. Para ele, os seres humanos, assim como outros animais, têm o impulso inato de comportamento agressivo em relação à própria espécie.

As leituras contrastantes sobre a bondade ou a agressividade inerentes à natureza humana, não anulam a centralidade da vida social, mas reforçam a necessidade de dispositivos reguladores da convivência. A tensão entre cooperação e conflito fundamenta diferentes modos de organização da convivência, oferecendo elementos para interpretar a hospitalidade como expressão ou mediação normativa das relações humanas.

2.5 Ser humano e a responsabilidade com o outro

A reflexão sobre a responsabilidade moral na constituição do humano é examinada a partir de Kant e Lévinas, tomados como referenciais fundamentais para compreender a dimensão ética da vida relacional.

Em Kant (1785/2016), o ser humano é, ao mesmo tempo, o operador de regras e o objeto de sua aplicação. A natureza humana é caracterizada pela capacidade racional e moral de agir de acordo com o dever e com princípios universais, o que distingue os humanos dos demais seres vivos. Ainda que reconheça a presença de desejos e inclinações, Kant (1785/2016) ressalta que a capacidade de resistir aos impulsos, em nome do dever moral, é o que define e caracteriza a natureza racional humana.

Em um texto anterior, Kant (1784/1970) descreve o ser humano como portador de uma “insociável sociabilidade”, simultaneamente inclinado à convivência e à autonomia individual. Essa tensão entre sociabilidade e isolamento é que impulsiona o desenvolvimento moral e político da humanidade.

Para Lévinas (1972), a natureza humana é essencialmente ética e funda-se na responsabilidade infinita pelo outro, anterior a qualquer determinação ontológica. A relação ética não decorre de princípios universais, mas da interpelação do rosto do outro, que convoca o sujeito a uma responsabilidade que antecede a escolha e a própria constituição do eu. À luz dessa perspectiva, a hospitalidade pode ser interpretada como expressão possível dessa abertura radical à alteridade. Mais do que um gesto social ou uma convenção cultural, ela pode ser compreendida como uma resposta ética à primazia do outro na constituição da vida relacional.

A articulação dessas perspectivas permite evidenciar como a responsabilidade pelo outro estrutura a experiência humana e oferece fundamentos para interpretar a hospitalidade como exigência ética.

2.6 Ser humano e a Condição Humana: amadurecimento emocional e a relação com o outro

A articulação das contribuições de Winnicott e Arendt permite compreender o ser humano não apenas a partir de uma natureza fixa, mas como condição relacional, que se realiza no amadurecimento psíquico e na ação no mundo.

"Animal humano" é o termo utilizado por Winnicott (2017) para designar o ser humano e a busca pelo desenvolvimento, enfatizando a integração entre dimensões da psique e do corpo. Na perspectiva winnicottiana do desenvolvimento humano, o indivíduo pode ser compreendido como uma expressão situada e temporal da natureza humana. Essa natureza corresponde ao "quase tudo", entendido como a tendência inata à integração, que se realiza ao longo de um processo contínuo de crescimento e amadurecimento. Para o autor, o amadurecimento afetivo é mobilizado pela necessidade de ser, pela inclinação originária à integração e pela qualidade, mais ou menos facilitadora, do ambiente no qual o sujeito está inserido.

A noção winnicottiana de natureza humana pode ser interpretada como a base estrutural do processo ontogenético, orientado pela tendência inata à relação e à integração emocional.

Arendt (2013), por sua vez, faz uma distinção importante entre a condição humana e a natureza humana. Enquanto a primeira é dinâmica e moldada pelas condições de vida, a segunda é algo mais fixo e imutável. Arendt (2013) compreende a condição humana como o exercício do que ela denomina *vita activa*, que se desdobra nas três atividades fundamentais: trabalho (*labor*), obra (*work*) e ação (*action*). O trabalho (*labor*) está ligado às necessidades vitais e à sobrevivência; obra (*work*) à criação de objetos e à transformação da natureza; e ação (*action*) à atividade política, social, relacional, que permite que os seres humanos demonstrem quem são. Arendt (1981), destaca ainda que quando o ser humano pensa, ele é humano, com capacidade de ser-com-o-outro, e quando não pensa, ainda são humanos, mas são como sonâmbulos. Segundo a autora, o mundo se define como espaço da aparência e, assim, estabelece que a condição humana está sempre na relação com o outro. A condição humana, para ela, realiza-se sempre em um mundo compartilhado, no qual a identidade se constitui na presença e na relação com os outros.

Ao aproximar desenvolvimento emocional e vida pública, busca-se evidenciar como a hospitalidade pode ser interpretada como dimensão constitutiva tanto da formação subjetiva quanto da convivência política.

2.7 Ser humano nas escolas contemporâneas: a linguagem, os vínculos e a sobrevivência

Também Morris (1994) usou a expressão “animal humano” na comparação do comportamento humano com o de outros animais. Embora reconheça raízes evolutivas comuns, destaca características distintivas, especialmente a linguagem e a complexidade da vida social. O aparecimento da inteligência, juntamente com a linguagem, ambas indissolavelmente entrelaçadas, foi o passo espetacular e diferenciador da evolução. Essa habilidade linguística permite transmitir não apenas conceitos simples, mas também ideias complexas e abstratas e expressar as emoções. Sem essa habilidade única de articular os pensamentos e ideias, a sociedade humana não existiria.

Morris (1994) também destaca que, além da linguagem, os seres humanos se distinguem por sua natureza altamente social. Como animais sociais, os seres humanos têm uma necessidade inata de interação e cooperação com os outros. Os seres humanos têm a capacidade de empatia, compreensão e conexão emocional, o que lhes permite estabelecer dinâmicas sociais intrincadas. Ao contrário de outros animais, os seres humanos são capazes de formar relações de amizade, não apenas por razões práticas, mas também para o preenchimento emocional, apoio mútuo e troca de ideias.

Segundo Dennett (2017), a mente humana foi aprimorada por um processo de evolução cultural, operando em memes. Memes são unidades culturais replicáveis, como palavras, que permitem compreender como a cultura atua como força evolutiva. O autor vê a consciência humana como um produto da genética e da memética. A evolução memética forneceu “ferramentas de pensamento” que transformaram os humanos em seres sociais, compreensivos e inteligentes, desencadeando uma explosão de civilização e tecnologia.

Para Dawkins (2016), a evolução darwiniana não se dá pelo bem da espécie, mas pelo bem do indivíduo, ou do gene. Os seres humanos, como todos os seres vivos, seriam “máquinas de sobrevivência” programadas para perpetuar seus genes, que têm como objetivo a sua autorreplicação, como a garantia da sua perpetuação. O autor reconhece que os genes de todos os seres vivos e, em particular, dos humanos são bem-sucedidos na sobrevivência porque possuem o egoísmo de sobrevivência como uma característica especial. Assim, sob algumas circunstâncias, genes e humanos podem atingir mais efetivamente seus objetivos egoístas de sobrevivência cultivando uma forma de altruísmo e sociabilidade.

Sob o prisma da evolução biológica e cultural, a hospitalidade pode ser compreendida como uma estratégia relacional que favorece a sobrevivência individual e coletiva. A empatia, a linguagem e a capacidade de cooperação não apenas viabilizam a vida social, mas sustentam práticas de acolhimento e vínculo que consolidam a hospitalidade como expressão adaptativa e cultural da dimensão relacional do humano.

3 Discussão

O objetivo deste artigo teórico foi examinar, sob diferentes tradições do pensamento, a constituição relacional do humano e propor a hospitalidade como categoria interpretativa dessa dimensão. A análise dessas perspectivas evidencia que, embora partam de pressupostos ontológicos distintos, reconhecem que a vida humana se constitui na relação com o outro e por meio de vínculos sociais.

Nas concepções clássicas, como em Platão (ca. 375 a.C./2011) e Aristóteles (ca. 350 a.C./2009), a vida em comunidade e a harmonia das relações são condições para a realização da justiça e da virtude. Não se trata de afirmar que tais autores elaboraram uma teoria da hospitalidade, mas de reconhecer que, à luz de suas categorias, é possível interpretá-la como expressão da ordenação ética da pólis e da busca pelo bem comum.

Nas tradições teológicas e no racionalismo moderno, a ênfase recai sobre a inclinação ao bem, o livre-arbítrio e a responsabilidade moral. Em Tomás de Aquino (1274/2004), a sociabilidade decorre da orientação natural ao bem e, em Descartes (1637/2018), a racionalidade estrutura a ação humana. A partir dessas matrizes, a hospitalidade pode ser lida como virtude relacional vinculada à benevolência e à convivência.

Na construção teórica dos autores que não creem na criação divina, como Freud (1930/1996) ou Sartre (1943/2015), a natureza humana é estruturada pelo princípio de que nada ocorre por acaso. Qualquer ação humana é causada por uma intenção, consciente ou inconsciente. Assim, a hospitalidade poderia ser pensada como imposta pelo instinto gregário e pela sobrevivência, como uma força fundamental que impulsiona os seres humanos a formarem laços sociais que proporcionem uma sensação de pertencimento e proteção contra ameaças externas.

Para aqueles que, baseados no conceito de estado da natureza, entendem os seres humanos ou como intrinsecamente bons, por exemplo, Rousseau (1762/2017), ou como naturalmente maus, como Hobbes (1651/2016), oferecem diagnósticos opostos acerca do estado de natureza. Em um caso, a cooperação seria originária e no outro a regulação política se torna necessária para conter o conflito. Essa tensão permite compreender a hospitalidade, ora como expressão espontânea de acolhimento, ora como dispositivo normativo de regulação social. Na relação com outros, a hospitalidade, como forma de gestão social estruturante, seria vista como a expressão de uma forma de proteção, um contrato social, uma das bases das estruturas sociais, um processo de governo, regida por códigos, regras e leis.

No campo da ética e da moralidade, Kant (1785/2016) observa que a moralidade se fundamenta na racionalidade autônoma e Lévinas (1972) reflete que a ética deriva da interpelação do rosto do outro, que instaura uma responsabilidade anterior à ontologia. A natureza humana é caracterizada pela capacidade racional e moral de agir de acordo com o dever moral e os princípios universais. Nesse sentido, a hospitalidade, quando pensada à luz dessas perspectivas, seria resultante da própria dinâmica do desenvolvimento social.

Nas abordagens centradas mais na condição humana do que na natureza, como Winnicott

(2017) e Arendt (2013), o humano se constitui no amadurecimento emocional e na ação pública. A hospitalidade, nesse horizonte, pode ser interpretada como a mediação que sustenta tanto a integração psíquica quanto a convivência política.

Por fim, nas leituras evolutivas e culturais contemporâneas, como em Morris (1994), Dennett (2017) e Dawkins (2016), a linguagem, a cooperação e os vínculos aparecem como estratégias de sobrevivência biológica e cultural. Para Morris (1994), os humanos têm a capacidade de empatia, compreensão e conexão emocional, o que permite estabelecer dinâmicas sociais intrincadas. Para Dennett (2017), a evolução forneceu "ferramentas de pensamento" que transformaram os humanos em seres compreensivos e inteligentes, os únicos capazes de formar relações de amizade. A hospitalidade pode ser compreendida como consequência e causa da evolução individual e da espécie e como prática adaptativa que fortalece laços e amplia as possibilidades de coexistência.

Dessa forma, não se trata de afirmar que os autores examinados formulam explicitamente uma teoria da hospitalidade, mas de sustentar que suas categorias permitem elaborá-la como dimensão estruturante da condição relacional do humano.

A vida em sociedade é uma condição indispensável para a existência humana. O ser humano não é um ser isolado, mas um ser social em construção constante, cujas ações, desejos e identidade se formam na relação com os outros e com o ambiente. A sociedade não é apenas o cenário da existência, é o espaço onde o humano se constitui e se transforma. A sociabilidade e a hospitalidade facilitam a sobrevivência. Nesse contexto, a hospitalidade emerge como mediação ética, política e cultural, que organiza a convivência e possibilita a continuidade da vida em comum.

4 Considerações finais

O exame das diferentes tradições dialogadas neste estudo permite observar que, embora partindo de fundamentos distintos, ontológicos, teológicos, éticos, psíquicos ou biológicos, muitas delas reconhecem que o ser humano é um ser social, relacional, intencional e que a vida em comunidade não é apenas uma preferência ou uma necessidade, mas uma característica fundamental da existência. Quer seja por impulso para sobrevivência, pelo instinto gregário, ou por determinismo psíquico ou pela razão prática, quer seja em busca do bem-estar e da felicidade, ou por dever moral, por pressões do ambiente, ou por razões intrínsecas, por angústia ou desamparo, o ser humano é um ser social que depende do outro para sobreviver.

Não se trata, portanto, de afirmar uma homogeneidade conceitual entre as perspectivas, mas de identificar que, sob matrizes distintas, a vida em comum ocupa um lugar estruturante na compreensão do humano. Nesse contexto interpretativo, a hospitalidade não é apresentada como conceito explicitamente formulado pelos autores examinados, nem como consequência necessária de suas teorias. Ela é proposta pelo presente texto como categoria analítica capaz de articular essas diferentes leituras da relacionalidade humana. Pode ser compreendida, conforme o enquadramento adotado, como virtude ética, mediação política, dispositivo normativo de

regulação social, resposta à vulnerabilidade ou estratégia de cooperação.

A hospitalidade é uma relação interpessoal marcada pela aceitação e pelo acolhimento em relação ao outro, e sua função é a de estabelecer e promover relacionamentos, consolidando estruturas sociais. Sendo inata ou resultante de um processo de amadurecimento ou desenvolvimento, a hospitalidade, por induzir e promover a atividade política, social e relacional que permite que os seres humanos demonstrem quem são, passa a ter um poder transformador significativo da sociedade. É a hospitalidade que, por meio da empatia, compreensão e conexão emocional com o outro, permite estabelecer dinâmicas sociais intrincadas.

Assim, como síntese das reflexões desenvolvidas, sustenta-se que a hospitalidade pode ser interpretada como dimensão relevante da condição relacional do humano, na medida em que evidencia a centralidade do outro na constituição da subjetividade, na organização da vida coletiva e na continuidade da experiência social. A hospitalidade parece ser fator vital da existência e do desenvolvimento humano.

Referências

- Aquino, S. T. (2004). *Suma teológica: II seção da II parte* (Edição completa). Loyola. (Obra original publicada em 1274).
- Arendt, H. (1981). *The life of the mind*. Houghton Mifflin Harcourt.
- Arendt, H. (2013). *The human condition*. University of Chicago Press.
- Aristóteles. (2009). *Ética a Nicômaco* (L. Vallandro & G. Bornheim, Trans.). Abril Cultural. (Obra original publicada em ca. 350 a.C.).
- Baptista, I. (2002). Lugares de hospitalidade. In C. M. M. Dias (Org.) *Hospitalidade, reflexões e perspectivas*. (pp. 157-164). Manole.
- Bjorklund, D. F. (1997). The role of immaturity in human development. *Psychological Bulletin*, 122(2), 153-169. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.122.2.153>
- Dawkins, R. (2016). *The selfish gene*. Oxford University Press.
- Dennett, D. C. (2017). *From bacteria to Bach and back: The evolution of minds*. W. W. Norton.
- Descartes, R. (2010). *The passions of the soul* (S. H. Voss, Trad.). Hackett Publishing Company. (Obra original publicada em 1649).
- Descartes, R. (2018). Descartes's Discourse on method. In R. E. Wood, *Ratio et Fides: A preliminary introduction to philosophy for theology* (J. P. Dougherty, Ed.; pp. 109–130). Pickwick Publications. (Obra original publicada em 1637).

- Freud, S. (1996). O ego e o id. In J. Strachey (Ed. & Trad.), *O ego e o id, uma neurose demoníaca do século XVII e outros trabalhos* (J. L. Meurer, Trad.; Vol. 19, pp. 13–69). Imago. (Obra original publicada em 1923).
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. In J. Strachey (Ed. & Trad.), *O futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos* (J. O. A. Abreu, Trad.; Vol. 21, pp. 67–148). Imago. (Obra original publicada em 1930).
- Gama, M. (2015). *Natureza humana e conflito*. In A. G. Macedo, C. M. Sousa, & V. Moura (Eds.), *Conflito e trauma* (pp. 477–485). Húmus, Centro de Estudos Humanísticos/Universidade do Minho.
- Guenancia, P. (2010). *Lire Descartes* (2ª ed.). Gallimard.
- Hobbes, T. (2016). *Leviathan* (M. Missner, Ed.). Routledge. (Obra original publicada em 1651).
- Kant, I. (1970). Idea for a universal history with a cosmopolitan purpose [Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita]. In H. S. Reiss (Ed.), *Kant: Political writings* (H. B. Nisbet, Trad.; pp. 41–53). Cambridge University Press. (Obra original publicada em 1784).
- Kant, I. (2016). Foundations of the metaphysics of morals. In S. M. Cahn (Ed.), *Seven masterpieces of philosophy* (pp. 277–328). Routledge. (Obra original publicada em 1785).
- Lévinas, E. (1972). *Humanisme de l'autre homme*. Fata Morgana.
- Locke, J. (2021). *Second treatise of government*. Phoemixx Classics Ebooks. (Obra original publicada em 1689).
- Lorenz, K. (1981). *The foundations of ethology* (K. Lorenz & R. W. Kickert, Trads.). Springer.
- Montandon, A. (2003). Hospitalidade ontem e hoje. In A. F. M. Dencker & M. S. Bueno (Orgs.), *Hospitalidade: Cenários e oportunidades* (pp. 131-143). Pioneira Thompson Learning.
- Morris, D. (1994). *The human animal: A personal view of the human species*. Crown.
- Platão. (2011). *A República* (P. Nassetti, Trad.). Nova Cultural. (Obra original publicada em ca. 375 a.C.).
- Rousseau, J.-J. (2017). *The social contract and the first and second discourses* (S. Dunn, Ed.). Yale University Press. (Obra original publicada em 1762).
- Sartre, J.-P. (2015). *Being and nothingness: An essay in phenomenological ontology* (H. E. Barnes, Trad.). Methuen. (Obra original publicada em 1943).

Skinner, B. F. (1987). Whatever happened to psychology as the science of behavior? *American Psychologist*, 42(8), 780. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.42.8.780>

Stevenson, L. F. (2012). *Twelve theories of human nature*. (6ª ed.). Oxford University Press.

Walker, J. R. (2021). *Introduction to hospitality*. Pearson Prentice Hall.

Winnicott, D. W. (2017). *Human nature*. Routledge.

SOBRE OS AUTORES

Gilberto de A. Guimarães

Contribuições: Conceitualização. Validação. Análise Formal. Investigação. Curadoria de dados. Escrita – esboço original. Escrita – revisão e edição. Visualização.

E-mail: gilberto@gg-guimaraes.com.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5524-418X>

Laura M. Castelhana

Contribuições: Conceitualização. Análise Formal. Escrita – esboço original. Escrita – revisão e edição.

E-mail: laura.mcastelhana@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3115-3002>

Isabel Baptista

Contribuições: Conceitualização. Validação. Escrita – revisão e edição. Visualização. Supervisão.

E-mail: ibaptista@ucp.pt / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6678-8481>

COMO CITAR

Guimarães, G. de A., Castelhana, L. M. & Baptista, I. (2026). Hospitalidade e os fundamentos da dimensão relacional do ser humano: uma abordagem teórica. *Revista Hospitalidade*, 23, e1276, 2026. <https://doi.org/10.29147/revhosp.v23.1276>